

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 10077/2012

Nos termos e ao abrigo do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 140/2012, de 10 de julho, do n.º 1 do artigo 18.º, do n.º 8 do artigo 19.º e do artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro:

1 — Designo o mestre José António Velho Gouveia para exercer, em regime de substituição, o cargo de diretor do Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos.

2 — O designado fica autorizado a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

3 — O designado fica ainda autorizado a exercer atividades docentes, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e da alínea f) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

4 — A presente designação tem como suporte a nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de agosto de 2012.

19 de julho de 2012. — A Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — José António Velho Gouveia.
Ano de nascimento — 1967.

2 — Habilitações académicas:

Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (2002).

Pós-graduado em Gestão do Transporte Marítimo e Gestão Portuária, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (2006).

— Licenciado em Ciências Militares Navais, pela Escola Naval (1991).

3 — Outras habilitações:

Curso «CleanSeaNet Training Course», pela European Maritime Safety Agency (EMSA) (2008).

Curso «Maritime Crisis Management», pela US Coast Guard (2008).

Curso «CleanSeaNet Training Course», pela EMSA (2007).

Curso «NATO Allied Worldwide Navigation Information System», pelo UKHO (2006).

Curso «Planeamento Civil de Emergência», pelo Instituto da Defesa Nacional, (2003 e 2005).

Curso «European Union Course on Pollution Waste Treatment», pela BLG Consult GmbH (2002).

Curso Geral Naval de Guerra, pelo Instituto Superior Naval de Guerra (2002).

Curso de especialização em Hidrografia e Oceanografia, pela Escola de Hidrografia e Oceanografia do Instituto Hidrográfico (1996).

4 — Atividade profissional:

Adjunto do Secretário de Estado do Mar (desde jun11).

Assessor do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar (abr10-jun11).

Estado-Maior da Armada (fev09-abr10).

Responsável pela área dos Estudos e Planeamento da Direção do Combate à Poluição da Direção-Geral da Autoridade Marítima (out07-fev09).

Adjunto do diretor-geral da Autoridade Marítima e responsável pela área da Segurança Marítima daquela Direção-Geral (set03-fev09).

Divisão de Química e Poluição do Meio Marinho do Instituto Hidrográfico (nov01-set03).

Comandante do NRP *Andrómeda* (nov99-nov01).

Divisões de Cartografia e de Hidrografia do Instituto Hidrográfico (set96-nov99).

Comandante do NRP *Rio Minho* (ago93-ago95).

Representante da Direção-Geral da Autoridade Marítima em diversos Comités da Organização Marítima Internacional (Sub-Committee of Safety of Navigation, Maritime Safety Committee e Marine Environment Protection Committee).

Representante do Ministério da Defesa Nacional no grupo de trabalho interministerial para adoção das alterações à Convenção SOLAS e do International Ship and Port Facility Security Code (Código ISPS) (mar04-out07).

Representante da Autoridade Marítima Nacional na Comissão Nacional de Proteção Civil (set03-out07).

Representante do Ministério da Defesa Nacional na equipa responsável pela elaboração do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (mar09-jun11).

Professor convidado em várias instituições de ensino superior em áreas relacionadas com segurança marítima, poluição do mar, ordenamento do espaço marítimo e proteção civil em espaços marítimos.

Autor de diversos trabalhos na área da gestão dos espaços marítimos nas vertentes da segurança marítima, ordenamento e ambiente e conferencista em eventos nacionais e internacionais sobre aqueles temas.

206265872

Gabinete do Secretário de Estado do Mar

Despacho n.º 10078/2012

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 80/2008, de 16 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 128/2009, de 28 de maio, e no uso das competências delegadas pela Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território através do despacho n.º 12 412/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 20 de setembro de 2011, nomeio, em comissão de serviço, o licenciado Tiago Miguel Figueiredo Fernandes para exercer as funções de coordenador-adjunto do Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR), passando a integrar, nessa qualidade, a estrutura de missão constituída nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2008, de 16 de maio.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de agosto de 2012.

18 de julho de 2012. — O Secretário de Estado do Mar, *Manuel Pinto de Abreu*.

ANEXO

Síntese curricular

Tiago Miguel Figueiredo Fernandes.

Nascido em Lisboa, em 11 de Junho de 1982.

Licenciado em Gestão, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), em 2006.

Pós-graduado The Energy MBA, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e pela Columbia University (NYC), em 2011.

Ingressou na KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., em Setembro de 2006, exercendo funções de consultor júnior no Departamento de M&A Tax, tendo em 2008 progredido a consultor sénior.

Posteriormente, em Janeiro de 2009 ingressou na KPMG UK como *assistant manager* do Departamento de Private Equity, tendo regressado em Abril de 2009 à KPMG Portugal onde ingressou no Departamento de Incentivos, tendo acompanhado diversas candidaturas de empresas nacionais e internacionais a apoios fiscais ao investimento e I&D.

206265223

Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território

Despacho n.º 10079/2012

Em 14 de abril de 2011, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) apresentou à então Secretária de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades a proposta final de alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML), cujo proce-

dimento de alteração foi determinado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 92/2008, de 5 de junho.

As «Opções estratégicas de base económica» da referida proposta de alteração do PROT-AML estão fortemente ancoradas e até condicionadas aos grandes investimentos públicos em infraestruturas como o Novo Aeroporto Lisboa (NAL), a Nova Travessia do Tejo e o projeto da Rede Ferroviária de Alta Velocidade.

Atenta a evolução económica, financeira e social a que se vem assistindo, tais projetos não são de imediata concretização, estando a sua execução dependente da evolução das condições socioeconómicas e da sua compatibilização com as decisões políticas estruturantes e os compromissos assumidos pelo Estado no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira.

Consequentemente, importa rever as opções estratégicas de base territorial e atualizar o modelo territorial consagrados no PROT-AML, com o objetivo de conferir maior competitividade económica e geoestratégica ao território, o que, aliás, não foi suficientemente conseguido na mencionada proposta final de alteração do PROT-AML.

Os trabalhos preparatórios para a revisão das opções estratégicas de base territorial e a atualização do modelo territorial deverão ser iniciados desde já pela CCDR-LVT e destinam-se, nomeadamente, a fundamentar os termos de referência do processo de revisão, que será determinado nos termos do n.º 7 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 380/98, de 22 de setembro, conjugado com artigo 55.º do mesmo diploma legal, na sua atual redação.

Importa ainda, por razões de simplificação e consolidação legislativa, revogar o despacho n.º 12 772/2006, de 24 de maio, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, cujos objetivos estão devidamente consagrados e salvaguardados no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pela Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, nos termos do disposto na subalínea vi) da alínea a) e na subalínea iii) da alínea b) do n.º 7 do despacho n.º 12 412/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 20 de setembro de 2011, retificado pela declaração de retificação n.º 1810/2011, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 25 de novembro de 2011, determino o seguinte:

1 — Incumbir a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo de realizar os trabalhos preparatórios tendo em vista o futuro processo de revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa.

2 — No prazo de 30 dias, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo deve entregar ao meu gabinete um relatório com a identificação e fundamentação dos termos de referência do processo de revisão do PROT-AML.

3 — Revogar o despacho n.º 12 772/2006 (2.ª série), de 24 de maio, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 20 de junho de 2006.

5 de julho de 2012. — O Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Pedro Afonso de Paulo*.

206265175

Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Aviso n.º 10074/2012

Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 251.º, do anexo I à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro e para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se pública a lista nominativa do pessoal da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, que cessou funções no período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2012 por motivo de aposentação:

Carlos Eugénio Brites Moita, Assistente Técnico, 01-02-2012 — Entre a 9.ª e a 10.ª a) Posição Remuneratória;

Maria Rosete Boletto Camarate Campos Lynce Faria, Técnico Superior, 01-02-2012 — 8.ª Posição Remuneratória;

José Carlos Carvalho Almeida Baeta, Técnico Superior, 01-02-2012 — 8.ª Posição Remuneratória;

Maria Helena Nunes Filipe Freitas, Técnico Superior, 01-05-2012 — 10.ª Posição Remuneratória;

Manuel António Carichas Funenga, Técnico Superior, 01-05-2012 — Entre a 10.ª e a 11.ª Posição Remuneratória;

18 de julho de 2012. — O Diretor-Geral, *Pedro Teixeira*.

206266382

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Despacho n.º 10080/2012

1 — Nos termos do despacho n.º 15746/2011, do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro Saúde, de 14 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 223, de 21 de novembro de 2011, e considerando a proposta do conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E., e o parecer favorável do conselho diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., autorizo o exercício de funções médicas em causa pela aposentada Maria da Conceição Aguiar Costa Pedrosa Botas, nos termos e para os efeitos do estatuído no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, em particular nos artigos 4.º, 5.º e nos n.ºs 1 a 3 do artigo 6.º

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de maio de 2012.

18 de julho de 2012. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

206266585

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 1019/2012

Por deliberação de 12 de junho de 2012 do Conselho Diretivo desta Instituição, precedendo procedimento concursal para ocupação de posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, a que se reporta o aviso n.º 21757/2010, publicado no D. R., 2.ª série, n.º 210, de 28 de outubro, tendo a lista unitária de ordenação final sido homologada em 30 de dezembro de 2011, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com o licenciado Daniel da Silva Pereira, para ingresso na carreira e categoria de técnico superior, no âmbito do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., sendo posicionado na 2.ª posição remuneratória, nível 15, de acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, norma mantida em vigor por força do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a conjugar com os termos do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e das disposições da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

17/07/2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Dr. José Carlos de Jesus Pedro*.

206266796

Deliberação (extrato) n.º 1020/2012

Por deliberação de 19 de junho de 2012 do Conselho Diretivo desta Instituição, precedendo procedimento concursal para ocupação de posto de trabalho da carreira e categoria de assistente técnico, a que se reporta a Referência D) do aviso n.º 15714/2011, publicado no D. R., 2.ª série, n.º 153, de 10 de agosto, tendo a lista unitária de ordenação final sido homologada em 26 de dezembro de 2011, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com a candidata Maria Graciosa Bessa de Sousa Silva, para ingresso na carreira e categoria de assistente técnico, no âmbito do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., sendo posicionada na 1.ª posição remuneratória, nível 5, de acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, norma mantida em vigor por força do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a conjugar com os termos do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e das disposições da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

17/07/2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Dr. José Carlos de Jesus Pedro*.

206266828

Deliberação (extrato) n.º 1021/2012

Por deliberação de 12 de junho de 2012 do Conselho Diretivo desta Instituição, precedendo procedimento concursal para ocupação de postos de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, a que se reporta o aviso n.º 21759/2010, publicado no D. R., 2.ª série, n.º 210, de 28 de outubro, tendo a lista unitária de ordenação final sido homologada em 30 de dezembro de 2011, foi autorizada a celebração de contratos de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com as candidatas abaixo identificadas, para ingresso na carreira e categoria de técnico superior, no âmbito do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., sendo posicionadas na 2.ª posição remuneratória, nível 15, de acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, norma mantida em vigor por força do n.º 1 do artigo 20.º